

Liberdade de escolha vs Escola Pública de qualidade

*João Cunha Serra**

Na educação de infância e nos ensinos básico e secundário, a ideologia da chamada liberdade de escolha apoia-se nos rankings e no interesse privado em obter lucro com a educação, interesse este que será tanto melhor servido quanto pior for a qualidade da escola pública e menor for a sua abrangência territorial.

Pode-se dizer que, para quem quer fazer lucro à custa da educação, ressalvados alguns projetos sólidos que existem, a nossa Constituição continua a ser um sério obstáculo.

Os rankings, aos quais alguns têm procurado dar credibilidade, associando à publicação dos dados crus, estudos de centros de investigação, sofrem as mais abjetas manipulações, como aconteceu recentemente num jornal dito de referência, que conseguiu este ano a proeza de, perante a constatação de que as escolas públicas subiram as suas médias mais do que as privadas, tirar a conclusão exatamente contrária! É espantoso até onde vai a subserviência aos interesses privados.

Isto não significa que o movimento sindical e, em particular, o SPGL, devam ignorar os rankings ou limitar-se, ano após ano, a repetir aquilo que é óbvio, isto é que os rankings são instrumentos para diminuir a escola pública face à privada.

Os dados dos rankings, conjuntamente com outros dados de outras fontes, como por exemplo da OCDE, espelham muito bem a enorme distância que ainda falta percorrer e que vai aumentando em vez de diminuir, para se atingir, ou até simplesmente aproximar, o desígnio da igualdade de oportunidades. É importante voltar contra os próprios mentores dos rankings e apaniguados da liberdade de escolha, isto é, do financiamento público de interesses privados, os instrumentos de que dispomos, entre os quais estão os próprios dados sobre os quais os rankings são construídos e (mal) interpretados.

É preciso saber opor à chamada liberdade de escolha a promoção da igualdade de oportunidades, com a maior eficácia possível. Todos sabemos que a genuína liberdade de escolha só é alcançável com igualdade de oportunidades, isto é, com muito menos desigualdade nos rendimentos das famílias, com muito maior igualdade nas qualificações académicas dos pais ou encarregados de educação, com uma escola pública inclusiva e preocupada com o êxito escolar de cada aluno, independentemente da sua origem social, isto é, com exatamente o contrário da liberdade de escolha por parte das escolas privadas dos alunos que lhes interessam para poderem subir nos rankings e esses são aqueles que

vêm predominantemente dos meios mais favorecidos da sociedade.

No ensino superior, liberdade de escolha é sinónimo de



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

classificações altas no secundário, as internas e as dos exames. A seleção daqueles que têm liberdade de escolha já foi feita muito atrás, desde mesmo antes do jardim de infância como cientificamente está já comprovado.

Mas mesmo para aqueles que, apesar das desigualdades de partida face aos mais favorecidos, conseguem ultrapassá-las, a liberdade de escolha é limitada pelas suas possibilidades de pagar os custos de frequência do ensino superior, que vão muito para além das propinas, pois incluem deslocações, alojamento, refeições, material escolar, etc. Com as políticas deste governo de empobrecimento ativo da população, que afetou particularmente as camadas de menores rendimentos, a liberdade de escolha no sentido sério do conceito, reduziu-se drasticamente.

No ensino superior a liberdade de escolha significa, em geral, escolha de uma universidade ou de um politécnico público, não por serem mais baratos, mas sobretudo por terem melhor qualidade. Como não poderiam tê-la quando a generalidade das instituições privadas de ensino superior tratam tão mal os respetivos docentes?

Os rankings no ensino superior nada têm a ver diretamente com as classificações dos alunos, mas com a aceitação que estes têm e o prestígio que alcançam no seu exercício profissional cada vez mais internacionalizado. Têm também - e muito - a ver com a produção científica dos docentes e dos investigadores e do seu impacto social e económico.

Não são rankings caseiros. Não deixam, porém, de seguir critérios questionáveis, pelo que também aí deve o SPGL intervir na sua crítica e tentar influenciar o que a nível europeu está a ser construído a este respeito.

Enfim, liberdade de escolha é um conceito que, mais do que combatê-lo, devemos contrapor-lhe o da igualdade de oportunidades, com relevo para a redução das desigualdades e para a melhoria da escola pública, não fugindo nunca a reconhecer que essa qualidade está muito dependente da qualidade dos professores e da sua formação, e tirar daí as necessárias consequências.

Mas há uma questão, certamente polémica, com a qual quero terminar esta minha intervenção. É que estou frontalmente em desacordo com um conceito de liberdade de escolha que tenha por de trás a ideia de que os pais ou encarregados de educação têm o direito de desde muito cedo proceder à endoutrinação dos seus filhos, submetendo-os a visões redutoras e enviesadas da realidade, ofendendo a liberdade de escolha dos seus filhos que, essa sim, é a liberdade que é necessário defender.

Estou-me a lembrar da polémica nos Estados Unidos entre evolucionismo e criacionismo, agora rebatizado de desenho inteligente!

A escola pública não é uma garantia absoluta de que isto não seja possível, mas certos trilhos como o da municipalização podem abrir avenidas que importa fechar.

Viva o SPGL!